



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Dados sobre retorno de detentos ao regime fechado, saídas temporárias e taxa de retorno. Dados sobre tornozeleiras eletrônicas. Informações prestadas. Inovação no pedido recursal. Negado provimento ao recurso.

DECISÃO OGE/LAI nº 041/2018

1. Tratam os presentes autos de demanda à Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre a porcentagem de detentos que retornam ao regime fechado por cometerem crimes durante as saídas temporárias, a quantidade de presos em 2016 e 2017 durante saídas temporárias, o número de presos beneficiados pelas saídas temporárias nos últimos 5 anos e o número de usuários e violações de tornozeleiras eletrônicas em 2016 e 2017.
2. Em resposta, o ente afirmou que não detém dados sobre a quantidade de presos nestas condições, uma vez que as prisões são efetuadas pela Secretaria de Segurança Pública – SSP, encaminhando os dados por ela detidos, sobre a quantidade e percentual de presos que não regressam após as saídas temporárias. Ante recurso, a Pasta informou não possuir dados sobre o uso de tornozeleiras eletrônicas, o que levou ao encerramento do contrato com a empresa responsável por falta de controle, e que as violações aos equipamentos eram reportadas à SSP, enviando também quadro comparativo com dados sobre saídas temporárias. Ainda insatisfeito, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Da análise dos autos, observa-se que a demanda foi adequadamente atendida, nos termos da Lei de Acesso à Informação. A Secretaria da Administração Penitenciária prestou informações, enviando os dados que detinha sobre as saídas temporárias e indicando a Secretaria da Segurança Pública como a responsável pelas demais informações requeridas, conforme permissivo do artigo 11, §1º, inciso III, da Lei. Ainda, a SAP informou não possuir dados sobre violações de tornozeleiras eletrônicas, indicando novamente a SSP como competente para prestar informações, sendo certo que a Lei de Acesso ampara tão somente pedidos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

que requeiram acesso a documentos, dados e informações públicas disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do caput do artigo 11.

4. A demanda recursal, por sua vez, não se trata propriamente de recurso por negativa de acesso, e sim da formulação de novos questionamentos após os esclarecimentos fornecidos. A inovação de pedido em grau de recurso, porém, não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular novo pedido para obter acesso a outras informações desejadas, a qualquer tempo e sem nenhum óbice.
5. Diante do exposto, considerando o atendimento do pedido inicial e a indicação do ente competente para o acesso aos dados adicionais requeridos, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 5 de fevereiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MIKL